

Os "compridos narizes" dos portugueses: Expo'98, manuais escolares e história em multiperspectividade¹

Marta Araújo

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra
• marajoces@gmail.com

DOI <https://doi.org/10.34913/journals/lingua-lugar.2020.e208>

¹ Uma versão anterior deste texto foi apresentada no colóquio "Os 20 anos da Expo'98. Nação, Discurso e Identidade" que decorreu na Faculté des Lettres, Université de Genève, a 20 de Novembro de 2018, organizado por Nazaré Torrão, Pedro Cerdeira e Alexander Keese, a quem agradeço o convite. Agradeço igualmente os comentários dos revisores anónimos que enriqueceram este texto.

Este artigo aborda debates contemporâneos sobre a multiperspectividade – uma abordagem e metodologia promovida pelo Conselho da Europa para responder ao "preconceito" na história e no ensino, que tem recebido crescente interesse académico nas últimas décadas. Para examinar a forma como esta abordagem tem sido interpretada e utilizada, procedo à análise de uma curta-metragem que aborda Portugal na sua relação histórica com os "Oceanos" apresentada na exposição mundial Expo'98 em Lisboa, assim como das narrativas sobre relações coloniais de um manual de história recente e de grande circulação. Considerando a persistente naturalização do racismo – um processo histórico e político complexo, muitas vezes reduzido a meros "preconceitos mútuos" que podem ser revertidos pela apresentação de visões contrastantes – o texto desafia a despolitização do colonialismo e do racismo sob o signo da inclusão de "outras" perspectivas e conteúdos, que não questionam os enquadramentos e estruturas mais amplas do conhecimento eurocêntrico.

Palavras-chave: História colonial; Expo'98; multiperspectividade; raça/poder; manuais escolares.



Cet article aborde les débats contemporains sur la multi-perspective – approche et méthodologie promue par le Conseil de l'Europe pour répondre au "préjugé" dans l'histoire et dans l'enseignement – débats qui ont fait l'objet d'un intérêt académique croissant ces dernières décennies. Pour examiner comment cette approche a été interprétée et utilisée, j'analyserai un court-métrage (présenté à l'exposition universelle Expo'98 à Lisbonne) qui traite du Portugal dans sa relation historique avec les

"Océans", ainsi que des récits sur les relations coloniales figurant dans un manuel d'histoire récent amplement diffusé. Considérant la naturalisation persistante du racisme – processus historique et politique complexe, souvent réduit à de simples "préjugés mutuels" qui peuvent être inversés en présentant des points de vue contrastés – le texte remet en question la dépolitisation du colonialisme et du racisme sous le signe de l'inclusion "d'autres" perspectives et contenus qui ne questionnent pas les cadres et structures plus larges de la connaissance euro-centrique.

Mots-clefs: Histoire coloniale; Expo'98; multi-perspective; race/ pouvoir; manuels scolaires.

Há um século, as grandes Exposições Universais pretendiam quase sempre ser a demonstração da pujança industrial do país organizador, que aí se confrontava com os seus principais concorrentes. Eram a expressão do "progresso" na "ordem", de acordo com o positivismo reinante. Portugal vai fechar o ciclo das exposições deste século comemorando, pelo seu lado, a mais internacional das datas do seu passado (como fez a Espanha em 92), numa evocação dos Oceanos que remete, quer se queira quer não, para a "gesta marítima" há muito enterrada. (*Caderno do Elefante 1998*, Associação Abril em Maio)²

Guardo da minha visita à Expo'98, uma iniciativa envolta em polémica desde que foi anunciada,³ recordações demasiado imprecisas para reconstruir em detalhe como se articulava então a narrativa épica das "Descobertas" e dos seus "revezes" – geralmente abordada de forma a moralizar os excessos cometidos à conta da "aventura marítima" dos portugueses, mais do que a promover uma análise crítica à história da chamada "expansão".⁴ Assim, analiso neste texto aquilo que mais resgato à memória: um filme animado apresentado no Pavilhão de Portugal, e que utilizava como dispositivo narrativo a multiperspectividade. Em concreto, utilizo este caso para ilustrar os limites da inclusão de múltiplas perspectivas na crítica à abordagem eurocêntrica da história do colonialismo português.

² <https://www.esquerda.net/artigo/expo98-no-pais-das-ilusoes-consensualistas/55391>, acessado a 6 Nov. 2018.

³ Para uma análise detalhada da Expo'98, e das controvérsias que gerou em torno do imaginário nacional, ver Ferreira (2006).

⁴ Sobretudo a partir dos imaginários veiculados pela literatura de Luís Vaz de Camões a Fernão Mendes Pinto – que por mais que apresentem críticas ao colonialismo, tendem a centrar-se nos seus excessos e a dialogar com certas sensibilidades (designadamente, cristã, europeia, branca).

Concebida para “comemorar os 500 anos dos Descobrimentos portugueses”,⁵ e tendo lugar durante o Ano Internacional dos Oceanos, a Expo’98 propôs como tema “Os oceanos, um património para o futuro”. Se as temáticas ligadas aos oceanos, aos mares e à água dominaram de facto a Exposição, tal não foi concebido da forma despolitizada que se anunciava – o que se revelava, desde logo, pela data comemorativa escolhida e o seu simbolismo. De acordo com o noticiado na imprensa no âmbito da comemoração dos 20 anos da Expo’98:

O logótipo da Expo’98 representava o mar e o sol e a mascote, uma grande onda azul, foi batizada de Gil, em homenagem ao navegador Gil Eanes.

A ideia surgiu em 1989 dos promotores da comissão para as comemorações dos 500 anos dos Descobrimentos portugueses António Mega Ferreira e Vasco Graça Moura e obteve o apoio do Governo, então liderado por Aníbal Cavaco Silva. (Semanaário *Expresso*, 30.09.2018)

Eufemismos à parte, a exposição afigurava-se como mais um momento comemorativo dos chamados *descobrimentos* – à escala internacional –, sendo revelador daquilo que Bernard Reiter (2005) designou como a “neurose imperial” portuguesa, isto é, a ansiedade com que as elites políticas e académicas deste país procuram obsessivamente higienizar o processo histórico do colonialismo. De facto, a narrativa despolitizadora⁶ da história colonial apresentada pela exposição era a cada momento revelada: na toponímia do lugar, no tom celebrativo da empresa colonial, nos discursos políticos que reclamavam para Portugal um lugar no mundo (ou, pelo menos, na “Europa”). O “evento que mudou o país” foi um “orgulho nacional”⁷ e deixou uma indubitável nostalgia no imaginário nacional – explícita nas notícias e reportagens do ano de 2018 sobre o 20.º aniversário da organização da Expo’98.⁸

Foqemo-nos então no Pavilhão de Portugal, considerado o *símbolo maior*⁹ da exposição e onde se situa a minha memória mais precisa no meio daquele embrenhado de gentes, edifícios e sonoridades exuberantes, eventos e filas intermináveis – encorajadas por “olharapos” e “máquinas de peregrinar”.

⁵ <https://expresso.pt/sociedade/2018-09-30-Expo98-encerrou-ha-20-anos#gs.27hsvs>, acessado a 14 Nov. 2018.

⁶ Sigo a conceptualização de despolitização proposta por Wendy Brown (2006).

⁷ Jorge Vinha da Silva, gestor do Altice Arena, <https://sicnoticias.sapo.pt/programas/edicaoamanha/2018-09-27-Comemoracoes-dos-20-anos-da-Expo98-encerram-com-concerto-no-domingo>, acessado a 14 Nov. 2018.

⁸ <https://nit.pt/out-of-town/back-in-town/os-olharapos-e-espetaculos-da-expo-98-estao-de-volta-ao-parque-das-nacoes>, https://www.rtp.pt/noticias/pais/vinte-anos-expo98-entrevista-com-simonetta-luz-afonso_v1078519, acessados a 14 Nov. 2018. Ver também a crítica produzida então pela Associação Abril em Maio, <https://www.esquerda.net/artigo/expo98-no-pais-das-ilusoes-consensualistas/55391>, acessado a 6 Nov. 2018.

⁹ <https://www.dn.pt/arquivo/2008/sucesso-da-expo98-apagou-polemicas-997948.html>, acessado a 15 Nov. 2018

O projeto de montagem dos conteúdos expositivos no interior do Pavilhão foi coordenado pelo arquitecto Eduardo Souto de Moura. A sua descrição oficial versa assim:

Com assinatura do reconhecido arquitecto Álvaro Siza Vieira, foi dos edifícios mais admirados durante a Expo'98. (...) Durante a exposição o pavilhão tinha três núcleos: Mitos, sonhos e realidade; Os construtores do Oceano; e Os inventores do Futuro. Eduardo Souto Moura concebeu o projeto de montagem dos conteúdos expositivos no interior do pavilhão, que visava enfatizar o contributo português para a descoberta e conquista dos Oceanos. (Memória da Expo, 2015)¹⁰

Destaco, neste artigo, o pequeno filme *Mitos, sonhos e realidade*. O vídeo apresentava uma celebração das chamadas “Descobertas” a partir de uma abordagem pouco habitual até então nas narrativas mais generalistas, e resultante do diálogo com os trabalhos da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, designadamente produzidos pelos Comissários António Manuel Hespanha (1995-1999) e Joaquim Romero de Magalhães, que lhe sucedeu no cargo (1999-2002) (Oliveira, 2003). A Comissão, que funcionou entre 1986 e 2002, teve por missão a investigação sobre fontes históricas da chamada “expansão”, possibilitando a produção de novos recursos didáticos e exposições, publicações e conferências (Araújo e Maeso, 2016, pp. 151-154). O surgimento da Comissão respondia a uma percepção de “crise” na identidade nacional: por um lado, a percepção de *contração* do território português após a descolonização formal (Vakil, 2006, p. 81); por outro, em reacção às chamadas propostas marxistas que marcaram os debates sobre a história em meados da década de 1970, incluindo na educação (Araújo e Maeso, 2016, pp. 245-258). No contexto de integração europeia dos anos 1980, havia emergido um consenso amplo na sociedade portuguesa sobre a necessidade de restaurar a identidade nacional capitalizando com os legados das relações coloniais com África, nas quais Portugal se colocava como um mediador entre o Norte e o Sul globais (Vakil, 2006). Tal veio a culminar com uma leitura do colonialismo a partir da narrativa da globalização e da interculturalidade que se veio a institucionalizar progressivamente nas décadas seguintes (Araújo, 2018). Segundo o relatório da Comissão que lançou a exposição, uma característica fulcral da proposta de trabalho era a vontade de devolver à história uma abordagem “mais complexa e plural” e com um “sentido ético ligado ao dever de reparar enviesamentos culturais na abordagem do outro” (Hespanha, 1999, p. 19).

¹⁰ <http://memoriaexpo98.com/pavilhao-de-portugal/>, acedido a 14 Nov. 2018.

É neste contexto que pode ser lida a produção do filme *A Viagem: Mitos, sonhos e realidades*, projectado no Pavilhão de Portugal.¹¹ Em pouco mais de sete minutos, o filme animado apresenta a mitologia dos chamados Descobrimentos, enfatizando as “tormentas” passadas até que “os portugueses” chegaram à Ásia. A partir dos desenhos dos Biombos Namban,¹² o filme retrata a chegada ao Japão em 1543 e a presença dos portugueses nos séculos seguintes, sendo estes estereotipados pelos seus “trajes estranhos”, “compridos narizes”, trazendo “animais e objectos raros, como as espingardas” – intensificando-se a ideia da rudeza dos chamados “bárbaros do sul” pelos cantares alentejanos que anunciam a sua chegada no filme.

A Comissária para o Pavilhão de Portugal na Expo’98, Simonetta Luz Afonso, dá conta de como se guiaram neste processo:

Em 1994 recebo um telefonema do António Mega Ferreira e um desafio: quer pensar os conteúdos do Pavilhão de Portugal na Expo’98? Tema: os Oceanos e a celebração da viagem de Vasco da Gama! Tratava-se de um daqueles desafios a que não se consegue resistir. Havia dois caminhos. O fácil seria pegar em património do tempo dos Descobrimentos e fazer mais uma exposição. O mais difícil seria pegar no tema de uma forma abrangente e universalista, aproveitar a ocasião para deixar alguma coisa que perdurasse além da efemeridade obrigatória do evento, descobrir fontes iconográficas menos divulgadas e dá-las a conhecer ao grande público, usar as novas tecnologias e trazer à luz da ribalta peças novas do tempo dos Descobrimentos. A primeira ideia que me surgiu foi uma daquelas que acalentava há anos e ficara “guardada” à espera de melhores dias! Partir da riquíssima iconografia dos Biombos Namban, de que alguns dos melhores exemplares se guardam em museus portugueses, dando vida às personagens que povoam aquele testemunho único e fidelíssimo da chegada dos portugueses ao Japão. Projecto de dimensão lúdica – a animação, a construção de um mundo onde se misturavam elementos reais e virtuais – tinha também uma indesmentível carga didáctica, pela possibilidade de restituição dos ambientes de época (o vestuário, a construção naval, a arquitectura nipónica, os costumes) e de evocação da emoção espantada do homem oriental que pela primeira vez via aqueles seres de compridos narizes, com as suas armas de fogo, os óculos e os trajes, acompanhados por uma fauna exótica e desconhecida naquelas paragens. (Siza e Souto de Moura, 1998, p. 5)

11 Tendo como ponto de partida um conceito de Simonetta Luz Afonso, Anabela Carvalho, Raffaella D’Intino, Johan Schelfheut e Miguel Soromenho, foi realizado por Christian Boustani e teve o design gráfico de Alain Escalle: Está disponível aqui: <http://escalle.com/da-vfx/a-viagem-expo98/>, acedido a 12 Out. 2018. Ver o vídeo apresentado no exterior aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=OPTS9SiFvHE>, acedido a 12 de Out. 2018.

12 Ver a descrição dos Biombos Namban, produzidos por artistas japoneses, no Museu Nacional de Arte Antiga (MNA): <http://www.museudearteantiga.pt/colecoes/arte-da-expansao/biombos-namban>, acedido a 14 de Out. 2018

Note-se, na intervenção de Simonetta Afonso, como a intenção de produzir uma abordagem “abrangente e universalista” rapidamente resvala para a construção do “homem oriental” como se estivesse preso a um estado infantil de permanente inocência (Said, 2003[1978], p. 40).

O pequeno filme apresenta-se como uma forma bem-humorada de abordar a história e conceder que outros povos poderiam ter sobre os “portugueses” os mesmos “preconceitos” e “enviesamentos” que estes tinham sobre eles. Mas, ao fazê-lo, incorre em vários aspectos problemáticos. Em primeiro lugar, esta forma de abordar a questão é profundamente reveladora de uma abordagem eurocêntrica do racismo (Hesse, 2004) que despolitiza e descontextualiza historicamente um processo que emergiu com a modernidade europeia (Hesse, 2007), desligando-o da chamada história da “expansão”. Particularmente, esta abordagem coloca em jogo a tese da ubiquidade do racismo (van Dijk, 1993), ou seja, a noção que os “preconceitos raciais” são universais, retirando este fenómeno do seu contexto sociopolítico e histórico específico. No filme, o dispositivo narrativo utilizado é o da multiperspectividade, contrastando-se posições distintas. O pressuposto subjacente é que o “preconceito” é passível de ser combatido mostrando o reverso da medalha: afinal, os portugueses também foram sujeitos a estereótipos.

Em segundo, deve notar-se a selecção e o foco no caso do *contacto* colonial com o Japão. Depois das naus atravessarem tantos outros lugares, o filme detém-se no “Oriente”. A chegada ao Japão é apresentada não apenas pelos olhos dos “portugueses”, mas também estes são vistos pelos olhos dos “japoneses” – na qual se salientam os “compridos narizes”. Se não cabe no âmbito deste artigo explorar a emergência histórica de critérios raciais de hierarquização humana (ver, por exemplo, Fredrickson, 2000), a imagem dos “compridos narizes” não pode passar despercebida. Implicitamente, ela evoca a construção colonial do Negro como bárbaro e primitivo, de feições “grosseiras” – entre as quais narizes e lábios (Pieterse, 1995). Lida neste contexto, a evocação dos “compridos narizes” assume uma marca distintiva de superioridade racial, ao mesmo tempo que simboliza a banalização da importância histórica das características físicas na produção de distinções raciais.¹³

13 Para uma análise do papel da Antropologia na produção e circulação de classificações e hierarquias raciais no contexto colonial português de inícios do século XX com base em diferenças fenotípicas, índices cranianos e faciais, ver Matos (2006) e Roque (2018).

Note-se igualmente, que o contraste entre o Japão – o país asiático mais embranquecido na história, como argumentou Frank Füreidi (1998) – e Portugal – uma nação de gente nem sempre considerada branca –, integra uma narrativa mais ampla que coloca o *Oriente* como um espelho que dignifica Portugal (afinal, ninguém esquecerá que fomos “nós, portugueses” que lá introduzimos as armas de fogo no século XVI, o que revelaria algum tipo de *sofisticação civilizacional*). Adicionalmente, tal foco auxilia a (re)construção do excepcionalismo nacional e o carácter “benevolente” do colonialismo português¹⁴, dispensando abordar certos processos históricos que marcaram indelevelmente a formação nacional (por exemplo, a escravatura) e que são reveladores da natureza violenta dos diversos projectos coloniais e da sua articulação com as hierarquizações raciais.

¹⁴ Se este excepcionalismo nacional atingiu o rubro com a adopção oficial do Luso-tropicalismo durante o Estado Novo nos anos 1950, ele era anterior ao século XX e perdura ainda (Castelo 1998; Almeida 2000; Araújo 2018).

¹⁵ ACIDI, atualmente Alto Comissariado para as Migrações – ACM.

Esta forma de encarar a história nacional, enquadrando-a numa gesta “universalista” através da despolitização do racismo e da escravatura (Araújo e Maeso, 2013), é igualmente evidente noutras esferas de produção e disseminação de conhecimento histórico. Um exemplo ilustrativo é a primeira publicação da colecção “Portugal intercultural”, promovida pelo Observatório da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural¹⁵ com o título *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII)*, de João Paulo Oliveira e Costa e Teresa Lacerda (2007). Abordando a “globalização” e a “expansão portuguesa”, os autores afirmam:

Uma reflexão sobre a interculturalidade e a Expansão Portuguesa, na Época Moderna, ajuda-nos a desbravar caminho para a tolerância. Este extenso período da História de Portugal, que vai do século XV ao XVIII, é o momento de encontro e de troca entre as múltiplas culturas do Planeta.

Tratou-se de um processo marcado inevitavelmente por conflitos, por actos de abuso e de crueldade, ou ainda pela imposição, por vezes brutal, do modelo de sociedade europeia em várias regiões do Globo, onde viviam pessoas com outras civilizações. No entanto, este processo multifacetado e pluricontinental, marcado por luzes e sombras, não se circunscreveu à transposição de um modelo civilizacional para novas terras. Bem pelo contrário, no caso do Império Português, o predomínio político formal da Coroa lusa não impediu, antes patrocinou, a emergência de sociedades mestiças por todo o mundo, *numa dinâmica bem diferente das que condicionaram as expansões ultramarinas dos outros povos europeus*. (Costa e Lacerda, 2007, p. 141, ênfase minha)

A multiperspectividade na disseminação do conhecimento histórico

O uso da multiperspectividade é revelador de uma tendência internacional mais ampla na produção e disseminação de conhecimento histórico, evidente quer no debate académico, quer nos debates políticos de organizações como a UNESCO, o Conselho da Europa, e a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

A ideia da multiperspectividade como um princípio orientador e uma metodologia de ensino na história enquadra-se nos esforços da UNESCO para promover os princípios democráticos de igualdade e “entendimento mútuo”, e ganhou um papel central no contexto europeu desde a década de 1990 – mais precisamente, no âmbito da investigação patrocinada pelo Conselho da Europa que propunha que, no ensino de “questões controversas e sensíveis”, os “manuais escolares deveriam oferecer diferentes perspectivas sobre um determinado assunto” (Conselho da Europa, 1995, p. 11; ver Low-Beer, 1997; Stradling, 2001, 2003). O problema político ao qual a multiperspectividade tentava responder era o excesso de nacionalismo e o *etnocentrismo* ocidental/europeu, particularmente na ordem mundial incerta após as conquistas dos movimentos anti-coloniais na Ásia e em África, assim como a Guerra Fria (Füredi, 1998; ver Araújo e Maeso, 2016, pp. 140-150).

Na Europa, o interesse académico pela multiperspectividade está relacionado com a emergência da nova didáctica da história da década de 1970 no Reino Unido (Ahonen, 2014), designadamente com as suas propostas para o ensino através do uso de documentos e da multiperspectiva na explicação histórica (Ahonen, 2001), bem como com a tendência para a “orientação para fontes primárias” na Alemanha (von Borries, 2009, p. 302). Foi formulada como uma crítica ao pensamento positivista, em particular à pretensão de objectividade do conhecimento histórico, e uma resposta à exclusão da “história lida de baixo”. Baseando-se na abordagem Constructivista e no pensamento pós-moderno sobre narrativa e identidade, bem como na crítica feminista da produção de conhecimento, a multiperspectividade tem sido, como sugeriu Arja Virta: “relacionada com questões de género, etnia ou classe social, ou com contradições políticas numa sociedade ou entre duas nações” (2007, p. 19).

De forma geral, tem sido proposta como solução para lidar com as alterações na “composição” das sociedades (nacionais) num mundo percebido como cada vez mais *globalizado*: resumidamente, o ensino da história e os manuais escolares deveriam reflectir as perspectivas dos

diferentes segmentos da sociedade e, portanto, incluir outros pontos de vista – significativamente, para aprender sobre o “outro” e a “sua” história. Embora este seja um dos argumentos mais evocados para a necessidade de promover visões plurais no ensino da história, a investigação sobre multiperspectividade na Europa raramente incide sobre contextos multiculturais, recaindo sobretudo no estudo de sociedades com “contradições políticas”, por exemplo, os contextos formados após o colapso da União Soviética e da Jugoslávia. Mais, os debates sobre multiperspectividade são frequentemente reduzidos ao mero contrastar de diferentes pontos de vista, sem qualquer consideração sobre poder e produção de conhecimento, designadamente a relação entre projectos políticos e epistemológicos – como ilustrado pelas palavras de uma académica experiente no ensino e investigação na didáctica da história em Portugal:¹⁶

¹⁶ Entrevista anonimizada, realizada no âmbito do projeto ‘Raça’ e África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de história (FCT, FCOMP-01-0124-FEDER-007554). <https://www.ces.uc.pt/projectos/rap>, acedido a 20 Fev. 2020.

Penso que o desafio mesmo no próprio ensino da história tem que ser ajudar os alunos a terem percepção de que há outras visões, de que há outros olhares [...] isso é uma tarefa para a qual a história pode contribuir, porque ela própria deve estar habituada a lidar com essa diferença e a, enfim, a equacionar essa diferença. Agora, eu penso que enquanto europeus nós teremos sempre uma visão europocêntrica do mundo. Podemos distanciar-nos, não é?, mas os nossos olhos são olhos europeus, não são olhos africanos. (Apud. Araújo e Maeso, 2016, p. 259)

Como denota a interpretação acima, os debates sobre a história e o seu ensino tendem a evadir uma reflexão aprofundada sobre como raça se inscreveu nos imaginários de nação e Europa, desvalorizando, assim, a *produção* (violenta) de nações supostamente homogéneas (ver Goldberg, 2002) nas quais o “outro” deve ser incluído. Ao naturalizar tais noções fundamentais, os trabalhos académicos neste âmbito tendem a apresentar a multiperspectividade como uma forma de combater o etnocentrismo (e não o eurocentrismo) e o nacionalismo excessivo (e não o rotineiro) no conhecimento histórico. Especificamente, esta metodologia é concebida como adequada para abordar o problema da “perspectiva centralizada” no contexto do “mundo da globalização, que põe diferentes tradições e civilizações em contacto cada vez mais próximo” (Rüsen, 2004, p. 118), assim como em “contextos pós-totalitários e pós-coloniais” (Repoussi e Tutiaux-Guillon, 2010, p. 158). O problema é reduzido à questão das representações enviesadas sobre o “outro”, que exigiriam uma apreciação das “atitudes etnocêntricas” pela inclusão da “história não-Occidental” (Rüsen, 2004, p. 119) – sem equacionar os enquadramentos mais amplos, políticos e epistemológicos nos quais se situam (Wynter, 1992).

Baseando-se num entendimento que reduz o eurocentrismo ao etnocentrismo, uma mera *perspectiva situada na Europa*, tais debates naturalizam duas ideias cruciais: 1) que *Europa* é o espaço geográfico dos *europeus* – noção apresentada como pré-definida e definitiva – e não um projecto e uma prática política continuamente redesenhada (ver Bhambra, 2007); 2) que a historiografia europeia, ainda que incluindo “outras histórias”, constitui o ponto de referência a partir do qual todos os outros processos históricos devem ser entendidos – porque foi uma posição que *conquistou* (Wallerstein, 1997). Tal naturalização contribui para invisibilizar que os silêncios epistémicos que se foram sucessivamente produzindo resultam eles próprios do eurocentrismo enquanto paradigma de conhecimento (Araújo e Maeso, 2016), com as suas fórmulas específicas de apagamento e trivialização (Trouillot, 1995).

Descobrir a História 8: ensinar a história colonial em multiperspectiva

As questões trabalhadas pela ciência política não estão muito longe de algumas debatidas no campo da didáctica da história: estereótipos e ideologia nas mensagens da escola, H/histórias políticas concorrentes desenvolvidas por manuais escolares diferentes, as ligações entre poder, exigências sociais e ensino da história (Repoussi e Tutiaux-Guillon, 2010, p. 156).

Os manuais escolares, que podem ser vistos como o *currículo de facto* (Cruz, 2002), desempenham um papel importante na promoção da identidade nacional nos jovens e no estabelecimento e consolidação dos “cânones de veracidade” (Apple e Christian-Smith, 1991, p. 4), pelo que são importantes objectos no estudo de imaginários mais amplos de raça, identidade nacional e europeia. Se, no caso da Expo’98, o exemplo é demasiado breve e fugaz para ilustrar os limites da multiperspectividade, vejamos o caso das narrativas sobre a história do colonialismo nos manuais de história do 3º ciclo em Portugal.¹⁷ Neste texto, analiso em detalhe a adopção desta metodologia no manual do 8º ano, *Descobrir a História 8* (Neves, Amaral e Pinto 2013),¹⁸ um dos manuais de história mais vendidos em Portugal de acordo com a informação disponibilizada pelo Ministério da Educação, e coordenado por Pedro Almiro Neves, reputado pelo seu trabalho com a Porto Editora. Incido sobre o contraste de perspectivas entre “Portugueses e Indianos” e “Portugueses e Africanos” em diferentes períodos e processos históricos.

17 Para uma análise detalhada do uso da multiperspectividade nas narrativas sobre os movimentos de libertação nacional africanos nos manuais de história publicados em Portugal entre 1975 e 2015, ver Araújo (2016).

18 Este manual sofreu alterações relevantes em 2018, cuja análise não cabe no âmbito deste trabalho. Este texto resulta da actualização da investigação realizada sobre manuais escolares desde 2008, no âmbito do projecto ‘Raça’ e *África em Portugal: um estudo sobre manuais escolares de história*.

Na secção “Expansão e Mudança nos Séculos XV e XVI”, apresentam-se dois trechos sobre “os primeiros contactos entre os Portugueses e os Indianos”, reproduzidos abaixo:

33. A visita de Vasco da Gama ao Samorim vista por um português e por um indiano

A. A armada apresentara como um dos objectivos de viagem o encontro com os cristãos que se imaginava existir aí. Apesar da recepção honrosa a Gama, o Samorim cedo se apercebeu das intenções de concorrência comercial que estavam por trás da expedição. O presente enviado pelo capitão português foi pretexto para o primeiro desentendimento com os homens de Calecute. Estes receberam-no mal, dizendo que "não era aquilo nada digno de mandar a el-rei!: que o mais pobre mercador que vinha de Meca ou das Índias lhe dava mais do que aquilo; e que se queria fazer serviço que lhe mandassem algum ouro, porque el-rei não havia de tomar aquilo".

Luis de Albuquerque, O capitão-mor.
In *Descobrimientos, a Era de Vasco da Gama*, 1991

B. A breve estada na África Oriental é essencial para definir a conduta dos Portugueses no Malabar. Salientemos a extrema desconfiança da atitude do Gama em Calecute; ele espera por navios de terra para se aproximarem das suas naus, em vez de tomar a iniciativa do contacto, após o que manda a terra um membro dispensável da sua frota – um degredado [...] em vez de alguém com autoridade [...] Os Portugueses – com os seus insignificantes presentes de tecido, chapéus, coral e produtos agrícolas – não conseguiram criar uma impressão favorável no Samorim. De facto, havia um tom de real desconfiança mútua em alguns dos contactos.

Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700*,
Difel, 1995

(Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 31)

Abaixo de cada um dos excertos apresentam-se as imagens “Nobre português na Índia (pintura do século XVI)” e “Indiana e seu criado (pintura do século XVI)” – na verdade, *duas* mulheres “indianas” cada uma acompanhada de um serviçal, sem outra indicação do seu estatuto social. A página inclui uma imagem de Vasco da Gama junto a um mapa com a rota da viagem da sua armada. Em destaque no centro da página, um exercício de multiperspectividade:

Descubro diferentes perspectivas

1. Em que aspectos concordam os dois historiadores em relação ao encontro de Gama com o Samorim?
2. Que interpretações faz o historiador indiano das atitudes de Vasco da Gama em Calecute?

3. Consideras possível que dois historiadores descrevam uma mesma situação em modos diferentes? Justifica. (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 31)

Aquilo que procura tornar os textos comparáveis para apreciação de diferentes perspectivas é a avaliação da conduta de Vasco da Gama com vista ao estabelecimento de relações comerciais, interpretada por um “português” e um “indiano”. A única questão colocada aos estudantes nesta secção é: ‘Consideras possível que dois historiadores descrevam uma mesma situação em modos diferentes?’ (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 31)

Os historiadores em causa são Luís de Albuquerque, nascido em 1917 em Lisboa e formado em ciências matemáticas e em engenharia geográfica, tendo vindo a ser reconhecido como especialista no estudo do “Descobrimientos portugueses”.¹⁹

O segundo excerto é do historiador Sanjay Subrahmanyam, nascido em Nova Deli em 1961, académico reputado internacionalmente no âmbito da história global na primeira modernidade, e autor de uma biografia sobre Vasco da Gama. A título de curiosidade, note-se que Sanjay Subrahmanyam esteve como convidado na Sociedade de Geografia de Lisboa

em Julho de 1997, o que veio a gerar bastante polémica no âmbito dos debates sobre pluralidade ideológica na história num momento em que se aproximava a realização da Expo’98 – por se considerar que a sua leitura da chegada à Índia desprestigiava Vasco da Gama e projectava uma imagem negativa da “expansão” (ver Ferreira, 2006, pp. 238-240).

No manual de história aqui analisado, é interessante notar como para efeito da comparação de pontos de vista, se colocam em contraste perspectivas de tempos diversos, produzidas em contextos de distintos debates socio-políticos e epistemológicos, apesar de tal não ser problematizado ou sequer notado no texto que acompanha as fontes. Pelo contrário, os manuais veiculam implicitamente a ideia de que cada um destes textos pode ser interpretado como indicativo de posições nacionais – i.e. de “portugueses” favoráveis ao colonialismo e de “indianos” críticos do processo colonial –, implicitamente assumindo a equivalência entre posições nacionais e político-epistemológicas. Tal decorre de uma concepção do eurocentrismo como a “perspectiva dos europeus”, e não como um paradigma de produção do conhecimento moderno que se formou na Europa e se procurou universalizar (Quijano, 2000).

Note-se, ainda assim, como a narrativa apresentada no excerto procura elevar “os indianos”. No manual *Descobrir a História 8*, na secção

¹⁹ Significativamente, o pequeno texto integrou o trabalho *Descobrimientos. A Era de Vasco da Gama*, uma edição especial do *Diário de Notícias* e da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, publicado em Abril de 1992, e inclui uma passagem do testemunho *Relação da Viagem de Vasco da Gama (1497-1499)*, frequentemente atribuído a Álvaro Velho.

“A presença portuguesa no Oriente” apresentada poucas páginas à frente, as palavras dos autores induzem esse mesmo fascínio com a Ásia que encontramos no vídeo da Expo’98 analisado: “Quando os portugueses chegaram às terras do Oriente encontraram civilizações milenárias com grandes cidades, poderosas e, por vezes, tecnicamente mais desenvolvidas do que a Europa.” (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 34). Contrastemos este exercício com a secção sobre a “A presença portuguesa em África”. Nela são apresentadas duas citações: “Os Africanos vistos pelos Portugueses” e “Portugueses vistos por Africanos” (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 32). Desde logo, a formulação coloca em oposição “Portugueses” e “Africanos” como sujeitos nacionais – uma enunciação que perpassa praticamente todos os manuais de história e que continua a ser usada muito amplamente, uma fórmula narrativa que deu origem à expressão crítica “Africa is not a Country”.

1. Os Africanos vistos pelos Portugueses

O reino do Senegal estende-se do rio Senegal até ao rio Gâmbia [...] Estes povos converteram-se à fé de Maomé [...]. As suas casas são choupanas pequenas, feitas de madeira e cobertas de feno seco. Os senhores andam bem vestidos, de bons panos. O povo veste camisas de algodão muito largas que lhes chegam até aos joelhos [...]. Todos andam descalços, com a cabeça descoberta. Utilizam mil maneiras para tornar os cabelos longos.

Valentim Fernandes, *Descrição de Ceuta por sua costa de Mauritânia e Etiópia...*, 1507

2. Os Portugueses vistos pelos Africanos

Nossos pais viviam confortavelmente no planalto de Luabala. Tinham vacas e culturas, salinas e bananeiras. Um dia eles viram sobre o grande mar surgir um barco. [...] Os homens brancos saíram da água e disseram palavras que ninguém entendia. Os nossos antepassados tiveram medo, dizendo que eram *Vumbi*, espíritos vindos do outro mundo.

Tradições orais recolhidas nos séculos XIX e XX
(Neves, Amaral e Pinto 2013, p. 32)

Na página seguinte, as seguintes questões são colocadas relativamente às fontes reproduzidas acima: “De que modo os Portugueses descreveram os Africanos?”; “De que modo os Africanos descrevem a chegada dos Portugueses?” (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 33).

É interessante a escolha do primeiro texto. Poderia dizer-se que se evitou reproduzir estereótipos sobre os Negros. Porém, deve notar-se que em nenhum dos manuais de história analisados se aborda a questão racial relativamente ao colonialismo português (Araújo e Maeso, 2013, p. 2016). Colocar-se lado a lado as duas posições, sem qualquer contextualização

de como se produziu a administração racial das populações onde “os portugueses” estiveram “presentes” (usando a terminologia do manual), acaba por deslegitimar a necessidade de se abordar o racismo. Aliás, a escolha da segunda citação pelos autores do manual *Descobrir a História 8* não rompe significativamente com a ideia de inferioridade histórica do continente africano – designadamente, de alteridade enquanto *atraso* face aos processos de modernização europeus (Wolf, 1997 [1982]). Por um lado, porque a posição contrária ao projecto expansionista português é baseada em *crenças* incompreensíveis à luz da modernidade europeia, na medida em que, com o Iluminismo, as sociedades europeias se secularizaram e superaram o *domínio* da religião (Venn, 2006). Como tal, o segundo excerto capta a atenção mais pela espiritualidade e o misticismo do *sujeito africano* que descreve os “portugueses”, do que pelo efetivo contraste de posições tidas por equivalentes. Por outro lado, veicula-se a noção de que estes povos eram menos desenvolvidos – desvalorizando-se a posição com a qual “os portugueses” se contrastam (ver Araújo e Maeso, 2016, pp. 201-209). Por exemplo, no texto ao lado dos excertos, da autoria dos manuais, alega-se:

No século XV, o continente africano era habitado por um grande número de povos, com diferentes formas de organização política e social. Alguns estavam organizados em reinos (reino de Benim - Nigéria; reino do Congo; reino de Monomopatapa - centro de Moçambique e Zimbabué); a maioria vivia em regime tribal e alguns praticavam uma vida seminómada. (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 32)

Na página imediatamente ao lado, onde se alude ao “Tráfico de Escravos”, surgem várias imagens que constroem a inferioridade dos negros: a primeira, “Exploração de ouro na Guiné, segundo uma gravura holandesa de 1686”; a segunda, “Caravana de escravos capturados no interior de África, pintura do século XVI” (Neves, Amaral e Pinto, 2013, p. 33). As imagens apresentam o que o texto não diz: corpos despidos ou semi-nus, homens e mulheres resignados e vulneráveis, sem capacidade de acção.

Ainda que coloque em contraste perspectivas supostamente opostas para obter um maior *equilíbrio* narrativo (Stradling, 2003), o exercício de multiperspectividade não consegue romper com uma abordagem eurocêntrica e despolitizadora da chamada história da “expansão”. Estes não são exemplos isolados e descontextualizados: noutros trabalhos, analisámos a persistência, nos manuais do 8º e 9º ano, adoptados entre 2008/2009 e 2013/2014, de uma abordagem eurocêntrica e despolitizadora da escravatura e dos processos coloniais levados a cabo por

Portugal em diversos contextos africanos, assim como das lutas pelas independências/“guerras coloniais”, que não é perturbada por uma lógica positivista que meramente acrescenta novos conteúdos e perspectivas (Araújo, 2016; Araújo e Maeso, 2012a, 2012b, 2016).

Conclusões: multiperspectividade e a história “confortável”

Neste artigo, através da análise de um filme apresentado na Expo'98 e de excertos de um manual de história de grande circulação nas escolas portuguesas, procurei evidenciar os limites da multiperspectividade – uma metodologia que procura incluir “outras” perspectivas para oferecer narrativas *equilibradas* na disseminação do conhecimento histórico (Stradling, 2003). Argumentei que esta abordagem não consegue desafiar o eurocentrismo ao não considerar as relações de poder que subjazem à produção das narrativas sobre a história colonial e aos seus silêncios. Concluo destacando dois aspectos: em primeiro lugar, a multiperspectividade, uma metodologia inspirada nos contributos do pensamento construtivista e pós-moderno, tem abordado de forma descontextualizada e despolitizada a história colonial, assim como evade as suas governamentalidades raciais rotineiras (Hesse, 2004). Consequentemente, enquadra o *problema* como a mera ausência de conhecimento ou os “estereótipos” sobre o “outro” (ver Araújo e Maeso, 2012b), considerando-se capaz de o reverter pela apresentação de diferentes posições. Nos vários exemplos analisados neste texto, argumentei que o contraste de perspectivas tende a operar numa lógica de espelho, que transforma em simetria o que é assimétrico, apagando a relação íntima entre poder/conhecimento (Sayyid, 2003 [1997], p. 134). Evadindo uma compreensão aprofundada da inter-relação entre raça e modernidade e dos quadros de interpretação mais amplos que lhe deram origem – com as suas categorias e normas prescritivas específicas (Wynter, 1992) –, esta abordagem permanece presa à crítica ao eurocentrismo como uma mera perspectiva situada que deve ser *compensada* com outros “olhares”. Como tal, questões fundamentais nos processos históricos e contemporâneos de produção e disseminação do conhecimento histórico são arredadas do debate.

Em segundo lugar, a questão da selecção dos casos para comparação deve igualmente ser destacada, exactamente por evidenciar o apagamento da relação poder/conhecimento. Qualquer escolha de conteúdos é determinada por uma série de critérios, explícitos e implícitos. Para Bodo von Borries, reputado proponente da multiperspectividade, o historiador deve considerar e apresentar uma multiplicidade de

perspectivas e identidades – nacionais, sociais, culturais, sexuais – “que podem ser escolhidas e combinadas livremente por indivíduos autónomos (com responsabilidade intelectual e moral)” (von Borries, 2009, p. 295, ênfase minha). Mas, como rapidamente se conclui, tal selecção não é neutra, nem puramente académica:

A selectividade não é um *deficit* e uma fraqueza, mas uma condição e estrutura *sine qua non*. Nenhum organismo, nenhuma mente conseguia lembrar-se de todas as particularidades do passado. Necessariamente, viver é lembrar assim como esquecer. Isto não só é verdade para os indivíduos, mas para qualquer família, comunidade ou colectivo. No entanto, este não é um privilégio ou álibi para mentiras, ilusões, falsificações, lacunas ou auto-enganos. A memória e a história devem ter conteúdos que sejam moralmente e intelectualmente honestos. Mas os critérios para tais decisões (de ser sóbrio e honesto) são muito difíceis, porque – de facto – temos que omitir 99,99%. Toda a gente sabe que a história é escrita pelos vencedores – ou, pelo menos, pelos sobreviventes – no interesse dos sobreviventes. (von Borries, 2009, p. 290)

A questão da inclusão de uma pluralidade de narrativas levanta, assim, uma série de angústias, incertezas e desconfortos, não só relativos ao passado, mas sobretudo ao presente. As palavras de von Borries ilustram isso mesmo:

O que fazer com a diversidade? Se as narrações históricas ganham plausibilidade adicional pela inclusão de *outros argumentos e pontos de vista*, pelo método científico perfeito, elas estão em perigo de perder utilidade prática e relevância para a orientação diária de pessoas e comunidades particulares (específicas). Elas podem também perder o poder de motivar, porque carecem de [capacidade de] afirmação para os grupos. Uma história ‘melhor’ pode vir a ser desconfortável. (Ibid: 291, ênfase minha)

Implícita nas citações acima está a centralidade de uma perspectiva principal (i.e., europeia/branca/cristã) que é vista como podendo ter de partilhar o seu privilégio com pessoas e comunidades *específicas* (isto é, étnica e racialmente marcadas) – causando assim desconforto, como testemunhado pelos crescentes debates públicos em Portugal em torno do colonialismo e do seu legado racial (ver Araújo e Rodrigues, 2018).

De forma geral, embora os inúmeros proponentes da multiperspectividade reconheçam a necessidade de se repensar a história e o seu ensino, não desafiam significativamente a relação entre raça, poder e produção de conhecimento – designadamente, por não questionarem como esta metodologia permite a contínua demarcação da alteridade.

Fundamentalmente, tal abordagem resgata a narrativa da “expansão”, apenas a abrindo a uma maior pluralidade de olhares materializada em pequenos exercícios de “inclusão” do outro nas narrativas mestras (Swartz, 1992). Como tal, os exemplos analisados veiculam e reificam uma história “confortável”: o *encontrão* colonial tido como um mero “encontro de culturas” que, ainda que admitindo pequenos *desencontros*, culmina numa narrativa vitoriosa de uma nação que não cabia em si mesma e partiu “além-mar”.

Bibliografia

- Ahonen, S. (2001). “The past, history, and education”. *Journal of Curriculum Studies*, 33(6), 737-751.
- (2014). “Education in post-conflict societies”. *Historical Encounters: A journal of historical consciousness, historical cultures, and history education*, 1(1), 75-87.
- Almeida, M. V. de. (2000). *Um Mar da Cor da Terra: 'Raça', Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta.
- Apple, M. W. e Christian-Smith, L. (1991). *The Politics of the Textbook*, Nova Iorque: Routledge.
- Araújo, M. (2016). “Adicionar sem agitar: narrativas sobre as lutas de libertação nacional africanas em Portugal nos 40 anos das independências”. *Revista Desafios - número temático 'O lugar da memória e a reinvenção das origens'*, 3, 33-56.
- (2018). “As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas”. *Investigar em Educação*, II Série, 7, 9-35.
- Araújo, M. e Maeso, S. R. (2012a). “Slavery and Racism as the ‘Wrongs’ of (European) History: Reflections from a Study on Portuguese Textbooks”. In Douglas Hamilton, Kate Hodgson e Joel Quirk (org.), *Slavery, Memory and Identity* (pp. 151-166). Londres: Pickering & Chatto.
- (2012b). “History textbooks, racism and the critique of Eurocentrism: beyond rectification or compensation”. *Ethnic and Racial Studies*, 35(7), 1266-1285.
- (2013). “A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, ‘Portugal’ e (pós-)colonialismo”. *Educar em Revista*, 47, 145-171.
- (2016). *Os Contornos do Eurocentrismo - Raça, história e textos políticos*. Coimbra: Almedina.
- Araújo, M. e Rodrigues, A. (2018). “História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti-)racismo em Portugal”. *Revista História Hoje*, 7(14), 107-132.
- Bhambra, Gurminder K. (2007). *Rethinking Modernity. Postcolonialism and the Sociological Imagination*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.
- Brown, W. (2006). *Regulating Aversion. Tolerance in the Age of Identity and Empire*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Castelo, C. (1998). *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

- Conselho da Europa. (1995). *Against bias and prejudice. The Council of Europe's work on history teaching and history textbooks (Recommendations on history teaching and history textbooks adopted at Council of Europe conferences and symposia 1953-1995)*, CC-ED/HIST (95) 3 rev, Estrasburgo: Cooperação - Conselho da Europa.
- Costa, J. P. O. e Lacerda, T. (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV e XVIII)*. Lisboa: ACIDI.
- Cruz, B. (2002). "Don Juan and Rebels under Palm Trees: Depictions of Latin Americans in US history textbooks". *Critique of Anthropology*, 22(3), 323-342.
- Ferreira, C. (2006). *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra: Tese de Doutoramento.
- Fredrickson, G. (2000). *Racism: a Short History*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Füredi, F. (1998). *The Silent War. Imperialism and the Changing Perception of Race*. Londres: Pluto.
- Goldberg, D. T. (2002). *The Racial State*. Oxford: Blackwell.
- Hespanha, A. (1999). *Há 500 anos. Balanço de três anos de Comemorações dos Descobrimientos Portugueses 1996-1998*. Lisboa: CNCDP.
- Hesse, B. (2004). "Im/Plausible Deniability: Racism's Conceptual Double Bind". *Social Identities*, 10(1), 9-29.
- (2007). "Racialized Modernity: An analytics of white mythologies". *Ethnic and Racial Studies*, 30 (4), 643-663.
- Low-Beer, A. (1997). *The Council of Europe and School History*, CC-ED/HIST (98) 47. Estrasburgo: Conselho da Europa/Direcção de Educação, Cultura e Desporto.
- Matos, P. F. de. (2006). *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Neves, P. A. (Coord.); Amaral, Cláudia; Pinto, Ana Lúcia. (2013). *Descobrir a História* 8. Porto: Porto Editora.
- Oliveira, A. (2003). "The Activities of the CNCDP: A preliminary assessment". *e-Journal of Portuguese History*, 1 (1), 1-12.
- Pieterse, J. N. (1995). *White on Black: Images of Africa and Blacks in Western Popular Culture*. New Haven, Conn.: Yale UP.
- Quijano, A. (2000). "Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America". *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533-580.
- Reiter, B. (2005). "Portugal: national pride and imperial neuroses". *Race & Class*, 47(1), 79-91.
- Repoussi, M. e Tutiaux-Guillon, N. (2010). "New Trends in History Textbook Research: Issues and Methodologies toward a School Historiography". *Journal of Educational Media, Memory, and Society*, 2 (1), 154-70.
- Roque, R. (2018). "The colonial ethnological line: Timor and the racial geography of the Malay Archipelago". *Journal of Southeast Asian Studies*, 49 (03), 387-409.
- Rüsen, J. (2004). "How to overcome ethnocentrism: approaches to a culture of recognition by history in the twenty-first century". *History and Theory*, 43, Dec., 118-129.
- Said, E. (2003 [1978]). *Orientalism*. Londres: Penguin Classics.
- Sayyid, S. (2003[1997]). *A Fundamental Fear: Eurocentrism and the emergence of Islamism*. Londres: Zed Books.
- Siza, Á. e Souto de Moura, E. (1998). *Pavilhão de Portugal*. Lisboa: Fundação BCP.
- Stradling, R. (2001). *Teaching 20th-century European History*. Estrasburgo: Council of Europe.
- (2003). *Multiperspectivity in history teaching: a guide for teachers*. Estrasburgo: Council of Europe.
- Swartz, E. (1992). "Emancipatory Narratives: Rewriting the Master Script in the School Curriculum". *Journal of Negro Education*, 61 (3), 341-355.
- Trouillot, M.-R. (1995). *Silencing the past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.
- Vakil, A. (2006). "Heróis do Lar, Nação Ambi-Valente: Portugalidade e Identidade Nacional nos tempos dos pós". In Manuel Loff e Maria da Conceição M. Pereira (eds.), *30 Anos de Democracia em Portugal* (pp. 73-101). Porto: FLUP.

van Dijk, T. (1993). *Elite Discourse and Racism*. Newbury Park: Sage.

Venn, C. (2006). "The Enlightenment". *Theory, Culture & Society*, 23(2-3), 477-498.

Virta, A. (2007). "Historical Literacy: Thinking, Reading and Understanding History". *Journal of Research in Teacher Education*, 4, 11-26.

von Borries, B. (2009). "Competence of Historical Thinking, Mastering of a Historical Framework, or Knowledge of the Historical Canon". In Linda Symcox e Arie Wilschut (org.), *National History Standards: The Problem of the Canon and the Future of Teaching* (pp. 283-306). Charlotte, North Carolina: Information Age Publishing.

Wallerstein, I. (1997). "Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science". *New Left Review*, 226, 93-107.

Wolf, E. R. (1997 [1982]). *Europe and the People without History*. Berkeley e Los Angeles: California University Press.

Wynter, S. (1992). *Do not Call us Negros: How 'Multicultural' Textbooks Perpetuate Racism*. San Francisco, CA: Aspire.